



Percepção dos agricultores familiares inclusos no PNAE em relação à ATER em Capitão Leônidas Marques, Paraná

Élister Lílian Brum Balestrin Fanin^{1*} , Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes² , Ana Beatriz Goes Maia Marques³ , Tatiane dos Santos⁴ , Renan Silva Ferreira⁵ , Wilson João Zonin⁶ 

RESUMO

Diante da importância das políticas públicas para a reprodução dos meios de vida da agricultura familiar, este artigo tem como objetivo analisar a percepção dos agricultores familiares que acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Capitão Leônidas Marques, Paraná, em relação à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Para tanto utilizou-se a metodologia Levantamento de Problemas, Sistematização e Priorização, que se baseia na participação dos agricultores familiares através de um Diagnóstico Rural Participativo, que foi organizado a partir de três dimensões da sustentabilidade (ecológica, econômica e social). Para o alcance dos resultados foram entrevistados 19 agricultores familiares que forneceram gêneros alimentícios por meio de chamada pública para a alimentação escolar do município no ano de 2021. Os resultados demonstram que, sob a perspectiva dos agricultores familiares, a incipiente presença da ATER compromete a articulação produtiva e econômica dos agricultores frente ao PNAE.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Extensão Rural.

Perception of family farmers included in the PNAE in relation to ATER in Capitão Leônidas Marques, Paraná

ABSTRACT

Given the importance of public policies for the reproduction of family farming livelihoods, this article aims to analyze the perception of family farmers who access the National School Feeding Program (PNAE) in the municipality of Capitão Leônidas Marques, Paraná, in relation to Technical Assistance and Rural Extension (ATER). For that the methodology used was the Problem Survey, Systematization and Prioritization, which is based on the participation of family farmers through a Participatory Rural Diagnosis that was organized from three dimensions of sustainability (ecological, economic and social). To achieve the results, 19 family farmers were interviewed, belonging to the studied county, who provided foodstuffs through a public call for school meals in 2021. The results demonstrate that, from the perspective of family farmers, the incipient presence of ATER compromises the productive and economic articulation of farmers in relation to the PNAE.

Keywords: Family farming; Public Policies; Rural Extension.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5693-5134>. *Autor correspondente: elbbalestrin@hotmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8302-9359>

³ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9721-3760>

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental (UFFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8686-5686>

⁵ Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Mestre em administração e desenvolvimento Rural (UFRPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6182-4121>

⁶ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3364-5599>



INTRODUÇÃO

Até a metade da década de 1990, especificamente no caso do Brasil, as políticas públicas para o meio rural ainda endossavam que as práticas hegemônicas, oriundas da agricultura industrial, deveriam ser repercutidas de norte ao sul do país. Embora esses ideais ainda se façam presentes nos dias atuais, a segunda metade da década de 1990 foi marcada por pressões, sobretudo, dos movimentos sociais e da academia em torno de uma agricultura mais sustentável, pela resignificação de um modelo de agricultura familiar consoante à valorização do meio ambiente (LEFF, 2009).

No centro das atenções da agenda pública, a agricultura familiar se vê legitimada pelo surgimento de programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, não menos importante, inclui-se também neste cenário o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), do qual trata este artigo.

Cabe lembrar também as distintas fases e o importante papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como política pública fundamental para a agricultura familiar. Embora a trajetória político-institucional da ATER seja marcada por profundas crises ocasionadas, em grande medida, pelo desmonte das instituições que cumpriam este papel, como é o caso da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) que foi extinta no ano de 1989, a ATER retorna ao cenário das instituições governamentais por meio da criação da Política Nacional de ATER no ano de 2004 (DINIZ; HESPANHOL, 2014; PEREIRA; CASTRO, 2021). Com o passar do tempo, esta política foi substituída pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), em 2010 (BRASIL, 2010).

Apesar de sinalizar um importante marco, essa conjuntura institucional não foi suficiente para consolidar a ATER em benefício aos agricultores familiares no Brasil, uma vez que somente 18% dos agricultores familiares recebem algum tipo de orientação técnica no estabelecimento (IBGE, 2019). Somando-se a esta dificuldade, acrescenta-se a necessidade de uma nova roupagem frente aos desafios socioambientais do século XXI, já que ainda persiste, em certa medida, um campo político-institucional preso ao desafio de superar as amarras do difusionismo tecnológico e produtivista (LOPES, 2022).





Por sua vez, o PNAE - um dos mais antigos programas sociais para a Educação e um dos maiores programas de alimentação do Brasil (CONSTANTY; ZONIN, 2016) - constitui um importante mercado institucional para a agricultura familiar. De acordo com suas diretrizes, além de garantir segurança alimentar e nutricional, seja nas escolas ou nas comunidades rurais, o programa busca relocalizar e valorizar os alimentos dos territórios, rompendo com o paradigma da má alimentação, ao estimular a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Assim, o processo de mudanças sobre determinadas dinâmicas perpassa, necessariamente, pela ação pública, uma vez que as políticas públicas são ferramentas importantes para aprovisionar, por exemplo, recursos, orientação técnica, acesso a mercados, infraestrutura e crédito à agricultura familiar. Cada vez mais tem surgido estudos que se preocupam com o papel das políticas públicas na agricultura familiar (DÍAZ-BONILLA; SARAVIA-MATUS, 2019; LE COQ et al., 2020; GRISA, 2021) e alguns desses estudos têm sido guiados com o objetivo de identificar: i) os efeitos da ação pública na agricultura familiar e nos sistemas agroalimentares; ii) a intersetorialidade das políticas públicas; e iii) apontar estratégias para a mudança de paradigmas que têm asseverado crises sociais, ambientais e econômicas vivenciadas nos espaços rurais da América Latina neste século (DÍAZ-BONILLA; SARAVIA-MATUS, 2019).

Diante da importância das políticas públicas para a agricultura familiar, este artigo tem como objetivo analisar a percepção dos agricultores familiares que acessam o PNAE no município de Capitão Leônidas Marques – Paraná em relação a ATER. Para o alcance deste objetivo este trabalho baseou-se na metodologia de Levantamento, Sistematização e Priorização aplicada a 19 agricultores familiares do município que expuseram suas percepções a partir das dimensões ecológica, econômica e social da sustentabilidade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma ferramenta para a superação de desafios alimentares

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, antes denominado de Campanha de Alimentação Escolar (CME), foi instituído por meio de um decreto em 1955 e, desde então, passou por sucessivas mudanças. Apresenta-se atualmente como o único programa de alimentação escolar que atende toda a rede pública de ensino (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2021).

A partir de 1994 iniciou-se sua descentralização, na qual estados e municípios passaram a ter competência para o atendimento do Programa, o que veio a fortalecer as ações locais, como vantagens na logística e no respeito à diversidade alimentar local. Segundo Triches (2018), este





processo cumpriu-se totalmente apenas em 2003, por efeito das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o que ocasionou uma reavaliação das compras públicas de alimentos.

Neste contexto, advém a Lei nº 11.947 em 2009 (BRASIL, 2009) que, dentre outras atribuições, torna obrigatória a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar utilizando, pelo menos, 30% do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para este fim. Para Teo et al. (2019), esta alteração proporcionou um salto qualitativo à gestão e operacionalização do PNAE.

Destaca-se também outras modificações nas legislações que regem o Programa e que o torna uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional, como: incorporação de profissional nutricionista como responsável técnico em cada município; preferência na aquisição de alimentos in natura para compor os cardápios; e preferência para aquisição de alimentos orgânicos da agricultura familiar certificados. Assim, diversos estudos apontam o PNAE como uma importante ferramenta para valorização da cultura alimentar, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), além de favorecer o desenvolvimento sustentável local (BALEM, 2015; OLIVEIRA, 2015; CONSTANTY; ZONIN, 2016).

Podemos apontar, ainda, aspectos nos quais o PNAE demonstra obter êxito, como proporcionar uma alimentação mais saudável; promover bons hábitos alimentares que, geralmente, se conservam até a fase adulta; e o acesso a alimentos orgânicos por crianças mais carentes. Estas questões fortalecem o papel do Estado em promover uma alimentação mais saudável e garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (TRICHES et al., 2013).

No entanto, com todos os avanços do programa, estudos têm demonstrado desafios em relação às questões burocráticas (TRICHES et al., 2018), estrutura de oferta, logística, atividade produtiva e no potencial de demanda (BALEM et al., 2016, GREGOLIN et al., 2017). Nesses termos, a ATER pode auxiliar os agricultores familiares a se adequarem para atender o Programa (BALEM et al., 2016), sendo necessária uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural mais específica com o intuito de contribuir na reordenação dos sistemas produtivos dos agricultores familiares inseridos no PNAE.

Assistência Técnica e Extensão Rural: entre limites e desafios

A Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil foi se desenhando conforme os interesses políticos e institucionais de cada período, alinhada com os objetivos e modelo de crescimento adotados pelo país (CASTRO, 2015). Em sua criação, nos anos 1950, atribuiu-se a ATER a função de difusão de tecnologia na busca pela consolidação da produção. Foi somente





a partir da segunda metade dos anos 1990 que a Nova Extensão Rural, assim denominada após as reflexões dos anos 1990 e 2000, passa a voltar suas ações à promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Neste sentido, a extensão rural começa a ser compreendida como um processo educativo e a partir do paradigma da complexidade, uma vez que as interações e interpretações do contexto socioambiental assumem importante papel na construção social do saber, combinando metodologias e técnicas educacionais por meio da comunicação com os agricultores na busca pelo desenvolvimento rural sustentável (OLINGER, 2001; MORIN, 2003; RIVEIRA; QAMAR, 2003; FLORIANI; FLORIANI, 2010).

Entre os desafios da extensão rural, Fazenda (1998), autora pioneira nos estudos da interdisciplinaridade, destaca a necessidade de interligação de conteúdos e métodos conceituais, perpassando pelos campos culturais, emocionais e sociais, reforçando o que Paulo Freire aborda em sua obra *Extensão ou Comunicação?*, ao apontar que “a resposta não pode estar na extensão mecanicista dos procedimentos técnicos dos agrônomos” (FREIRE, 1977, p. 31). É desafiadora também a dinâmica de fomento as políticas públicas de ATER, considerando que a disparidade entre grupos atendidos e a escassez de recursos geram conflitos sociais, refletindo na qualidade e acesso aos serviços de ATER (FERREIRA; MENELAU, 2018).

Para Vieira, Bernardo e Lourenzani (2015) é necessário o enfrentamento dos desafios que influenciam diretamente os agricultores familiares neste século, destacando a crise hídrica, as mudanças climáticas, a concentração fundiária ou mesmo as pressões impostas pelo sistema convencional produtivo adotado. Neste sentido, as políticas públicas de ATER (res)surgem como um importante instrumento para fomentar estratégias que mobilizem a agricultura familiar sob uma combinação de elementos sociais, políticos, econômicos e ecológicos que estejam plasmados nas especificidades territoriais. Deste modo, cabe apontar, portanto, que o alcance de muitos desses resultados estão condicionados a partir da ação pública.

Segundo Lopes (2022), a ATER detém certa vocação para mobilizar a agricultura familiar nos territórios e, oportunamente, inclinar suas práticas e projetos ao encontro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em confirmação, Mattia et al. (2019) reforçam, em seu estudo na Bacia Hidrográfica do Paraná 3, que uma Ater voltada para o desenvolvimento rural sustentável possui uma interface com a agricultura familiar ao passo que, por exemplo, promove a diversificação da produção, possui enfoque interdisciplinar e a utilização de metodologia participativa, levando em consideração a opinião dos atores envolvidos nas tomadas de decisão.





Assim, os limites e desafios da ATER perpassam pela mitigação dos impactos socioambientais, promoção e melhoria da qualidade de vida no rural, empoderamento e ascensão social das famílias rurais. Sendo assim Corbariet al. (2019) destacam a importância do investimento em políticas públicas de ATER que potencializem experiências agroecológicas. É neste sentido que Vieira, Bernardo e Lourenzani (2015) reforçam também que a educação ambiental no e para o meio rural se apresenta como elemento de transformação, auxiliando a ATER no fomento ao processo de desenvolvimento no campo de maneira sustentável, participativa e dialógica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Cada vez mais as metodologias participativas vêm ocupando espaços antes dominados pelo conservadorismo acadêmico, justamente pela necessidade de fortalecer as práticas multi e interdisciplinares, indispensáveis em um mundo complexo e dinâmico. Neste campo, o modelo participativo propõe uma constante necessidade do autoconhecimento por oportunizar a compreensão da realidade (KUMMER, 2007) a partir da identificação de vetores que, de alguma forma, expõem forças e fraquezas de um determinado grupo, comunidade, etc. Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS, busca a realização da interdisciplinaridade em seus estudos, investigando a compreensão do que o mundo rural e a sociedade apresentam (ZONIN, 2020).

De natureza qualitativa, esta pesquisa utiliza a metodologia *Levantamento de problemas, sistematização e priorização* (KUMMER, 2007) que, além de dar protagonismo aos participantes, oportuniza um processo de autorreflexão coletiva sobre os desafios que ainda os ameaçam. Esta metodologia tem como objetivo proporcionar que cada participante possa “refletir pessoalmente sobre todos os problemas que sejam os mais comuns em relação à comunidade e que precisa (sic) ser socializados, compreendidos, sistematizados e priorizados para que (...) sejam resolvidos pelo grupo” (KUMMER, 2007, p. 107). Ou seja, há um momento de discussão coletiva para que, através de mediação, o grupo seja estimulado a dialogar sobre as questões levantadas que adiante serão “registradas, ordenadas, avaliadas (esclarecendo dúvidas e eliminando repetições), agrupadas e escolhido um título para cada agrupamento” (KUMMER, 2007, p.107). Ademais, esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, no qual trata da investigação de um fenômeno em uma realidade específica a qual está inserido dentro de um contexto da vida real (YIN, 2001).





Considerando que tanto a ATER pública como o PNAE são políticas públicas de Estado, as ações desenvolvidas nestas esferas devem objetivar o desenvolvimento rural sustentável (BALEM, 2015; CONSTANTY; ZONIN, 2016). Neste sentido, para uma melhor análise, os dados coletados a partir da metodologia de Levantamento de problemas, sistematização e priorização foram agrupados de acordo com três das seis dimensões da sustentabilidade elencadas por Caporal e Costabeber (2002). As seis dimensões são: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. As três dimensões escolhidas nesta pesquisa foram: ecológica, econômica e social, pois são as que mais se relacionam com as áreas de formação dos autores, possibilitando um debate amparado por várias disciplinas e, fundamentalmente, interdisciplinar. Assim, os agricultores familiares enunciaram os problemas de acordo com cada categorização. Na dimensão ecológica, as questões norteadoras elaboradas pelos autores do presente artigo relacionaram-se as práticas sustentáveis da ATER, a sua contribuição na esfera ambiental e na transição para a agroecologia. Na econômica, as indagações permearam os seguintes temas: como a ATER pode contribuir na produção voltada ao PNAE e para inclusão social e produtiva dos agricultores familiares. Já na dimensão social, foram abordadas questões relacionadas ao acesso, intervenções e demandas da ATER.

Para a coleta de dados, além desta metodologia participativa, que foi aplicada de forma presencial e coletiva, também foi aplicado questionário estruturado. Os questionários foram respondidos de forma individual em local e horário estabelecido e tiveram o propósito de identificação e caracterização dos agricultores familiares (gênero e faixa etária), como também perguntas sobre o acesso e comercialização dos seus gêneros alimentícios para o PNAE, quais são seus interesses e seu posicionamento pela produção agroecológica/orgânica certificada e seu acesso e percepções relacionadas a ATER.

Do total de 25 agricultores familiares, pertencentes ao município de Capitão Leônidas Marques, no estado do Paraná, que forneceram gêneros alimentícios por meio de chamada pública para a alimentação escolar no ano de 2021, o caso estudado envolveu 19 agricultores familiares que concordaram em participar desta pesquisa. A saber, o município de Capitão Leônidas Marques se localiza na região Oeste do Paraná. Possui uma área territorial de 277,979 km², com população de 14.970, sendo que 3.687 domicílios são urbanos e 1.084 rurais (IBGE, 2012). De acordo com o Censo Agropecuário (2017), existem 987 estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar. Destes 423 possuem Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) ativa e, dessa maneira, podem acessar ao PNAE. Atualmente, o município tem utilizado 100% dos recursos do FNDE e mais contrapartida com recurso local em suas compras da agricultura familiar para a alimentação escolar.





CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES

Com o intuito de caracterizar os agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE no município de Capitão Leônidas Marques, foi aplicado um questionário estruturado cuja sistematização dos resultados está descrita a seguir.

Dos 19 agricultores que participaram da pesquisa, 57,9% são do sexo masculino e 42,1% do sexo feminino. Já no que diz respeito à faixa etária destes agricultores, 73% possuem de 41 a 70 anos e os outros 27% estão na faixa dos 21 aos 40 anos.

Sobre a inserção de jovens no programa, Kroth et al. (2021), em sua pesquisa a respeito do papel do nutricionista na efetividade do PNAE em municípios do oeste de Santa Catarina, identificaram que a “baixa inserção da juventude da AF [agricultura familiar] não foi considerada como uma importante dificuldade para o programa” (KROTH et al., 2021, p. 324) pelos nutricionistas entrevistados. No estudo, os autores elencaram três possíveis justificativas. A primeira é que isto não é um problema, pois a juventude já está inserida no PNAE. A segunda é que outros problemas, como exigências sanitárias e de logística, são mais prioritários do que a inserção de jovens no programa. E a terceira justificativa é que os nutricionistas entrevistados podem não estar considerando o envelhecimento da população rural. Assim, tanto na análise de Kroth et al., (2021) como no presente estudo, aponta-se a necessidade de refletir sobre a potencialidade de programas, como o PNAE, para geração de renda e consequente diminuição da evasão dos jovens do campo.

Outro aspecto importante é que todos os agricultores familiares deste município acessam o PNAE na condição de fornecedores individuais, não estando organizados em grupos formais ou informais. Contudo, estudos como os de Triches e Schneider (2010) e Cruz e Assis (2019) ressaltam que a organização de agricultores familiares em grupos, sejam eles formais ou informais, favorece a inserção destes atores no Programa.

Além disto, quando questionados, 79% dos agricultores familiares apontaram que conseguem entregar a quantidade de alimentos prevista na chamada pública e, ainda, afirmam que poderiam aumentar a quantidade ofertada. Já os outros 21% indicaram que, além de não conseguirem entregar a quantidade prevista em sua totalidade, não possuem condições de aumentar a produção, elegendo como principal motivo a falta de mão-de-obra. Sobre este assunto, ao contrário do que foi encontrado no presente estudo, outras pesquisas apontam que a quantidade fornecida pelos agricultores familiares é insuficiente para atender à demanda do programa (PORRUA et al., 2020; TEO et al., 2020, KROTH et al., 2021). Em adição, Costa et





al., (2015) apontam que a baixa quantidade de alimentos ofertada pela agricultura familiar pode estar relacionada diretamente com a forma de gestão do Programa nos municípios. Estas ações englobam auxílio administrativo, logístico, em ATER e suporte às organizações de agricultores.

No sentido de traçar um maior paralelo com a sustentabilidade, questionou-se também sobre o interesse dos agricultores familiares na produção agroecológica/orgânica certificada, na qual 84,2% afirmam ter interesse na certificação orgânica, porém apenas 5,3% dos participantes possuem produção orgânica certificada (ver Tabela 1).

Tabela 1. Posicionamento dos agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE em Capitão Leônidas Marques/PR em relação à produção orgânica/agroecológica certificada, 2022.

Questões	Sim		Não	
	Frequência	%	Frequência	%
Já possuo produção agroecológica/orgânica certificada?	1	5,3	18	94,7
Encontra-se em transição para a certificação de produção agroecológica/orgânica certificada?	2	10,5	17	89,5
Gostaria de ter produção agroecológica/orgânica certificada?	16	84,2	3	15,8

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

No estado do Paraná, cerca de 44% dos agricultores familiares recebem assistência técnica na propriedade (IBGE, 2019). Ademais, o estudo de Teo et al. (2020) indica que a assistência técnica insuficiente é um dos obstáculos enfrentados na implementação do Programa.

PROBLEMAS LEVANTADOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Todos os problemas levantados pelos agricultores familiares a partir da metodologia Levantamento de problemas, sistematização e priorização estão descritos e categorizados de acordo com as três dimensões da sustentabilidade escolhidas pelos autores para este estudo (Figura 1).

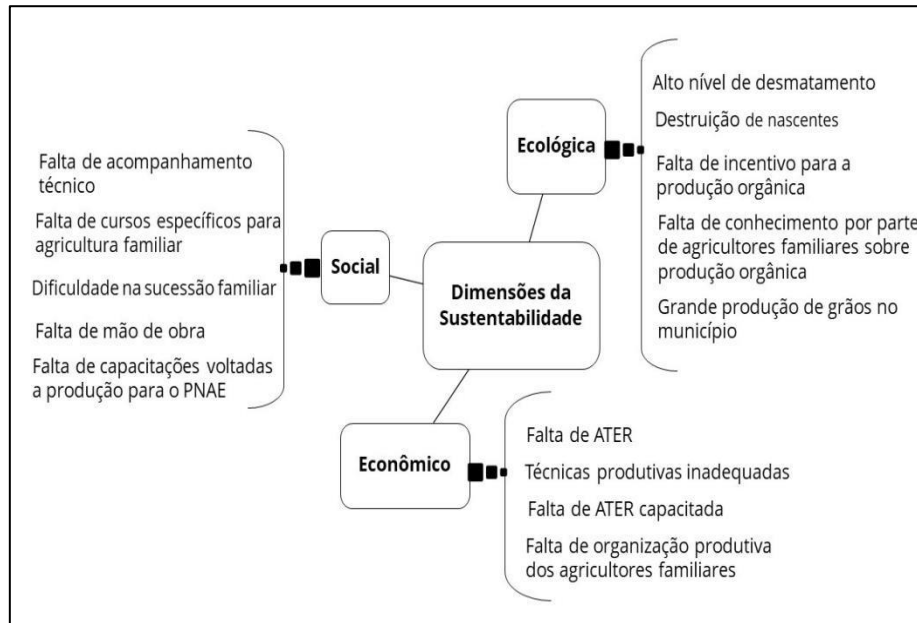
A partir da socialização e debate de todos os problemas, o grupo de agricultores familiares apontaram problemas prioritários, que podem ser observados na Figura 2. Em sua base estão todos os problemas levantados e descritos na Figura 1. Em seguida, os agricultores familiares elegeram seis problemas que, dentre todos os citados, foram colocados como os mais prioritários para serem solucionados. Entre estes seis, os agricultores definiram os três mais





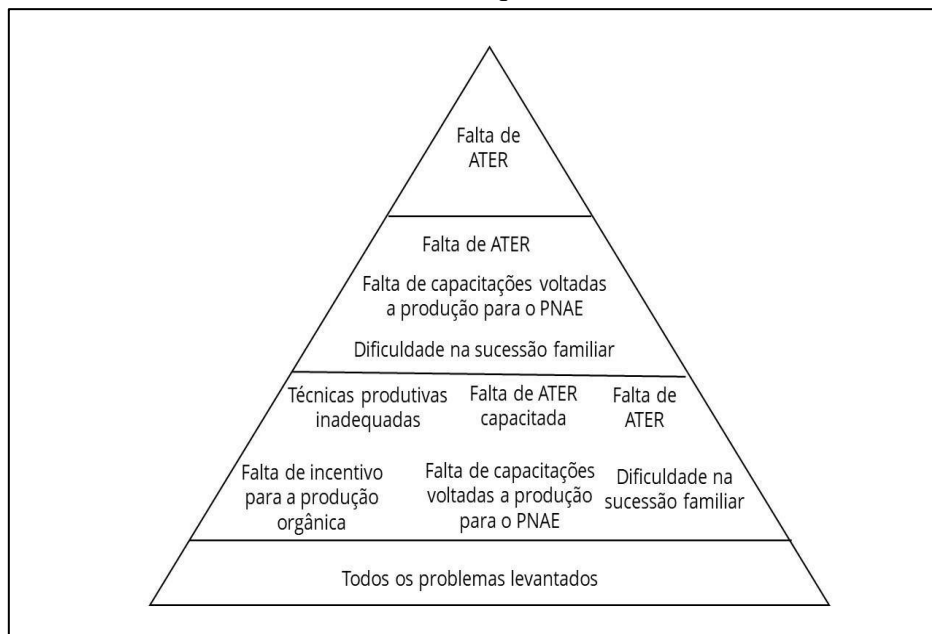
importantes. E, no topo da figura, está representado o problema eleito como prioritário: a falta de ATER. Nos tópicos a seguir, serão descritos e discutidos os problemas de acordo com cada dimensão.

Figura 1. Sistematização e categorização dos problemas levantados pelos agricultores familiares de Capitão Leônidas Marques a partir das três dimensões da sustentabilidade, 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

Figura 2. Priorização dos problemas levantados pelos agricultores familiares de Capitão Leônidas Marques, 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022





Dimensão social

No processo de construção das multidimensões da sustentabilidade a dimensão social assume um importante papel, trazendo para o debate as questões relacionadas à qualidade de vida, acesso a bens e serviços, equidade e acesso a políticas públicas que são fundamentais para a ascensão social. Na discussão levantada com os agricultores, cabe destacar que é significativo o número de agricultores e propriedades que estão desassistidos dos serviços de ATER, estando mais suscetíveis a Assistência Técnica prestada por empresas de comercialização de produtos e insumo, o que, segundo os agricultores, influencia no processo de produção.

Para todos os entrevistados é importante mais acompanhamento técnico da produção, que poderia contribuir na organização da propriedade para produção e comercialização de seus produtos para a alimentação escolar. Ainda interpõem que ações de ATER poderiam refletir na vida da família e dentre os principais motivos desses reflexos familiares destaca-se “melhora na produção da merenda. [A ATER] Pode me auxiliar na sucessão familiar. Se soubermos mais, podemos ensinar o filho a ficar na propriedade” (A.11). “Ganho de tempo, aprendizado e manter a família no campo” (A.12).

Já na priorização dos problemas levantados pelos agricultores a falta de capacitações está entre os três principais problemas priorizados, sendo uma deficiência que reflete na eficiência dos sistemas produtivos adotados pelos agricultores familiares. Sobre a falta de capacitações voltadas às atividades rurais Lourenzani (2006) aponta em seu estudo que esta impacta diretamente no desempenho gerencial da propriedade, nas práticas de gestão integrada, no acesso a mercados locais e regionais e na promoção do desenvolvimento, sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida no campo.

Outro problema priorizado pelos agricultores é a dificuldade na sucessão familiar, porém essa dificuldade não é uma particularidade do município amostrado, é um problema que, de acordo com outros estudos, se intensificou a partir dos anos 1980 e 1990, muito relacionado aos projetos de modernização do meio rural, que ocasionaram êxodo rural e a exclusão de uma parcela significativa de agricultores (PUNTEL et al., 2011; CARNEIRO, 1998; SPANEVELLO, 2008). Nessa perspectiva Zonin (2021), em seu estudo sobre as dinâmicas sucessórias no Oeste de Santa Catarina, aponta que o processo de sucessão é uma construção desafiadora que necessita de diálogo, incentivo e políticas públicas direcionadas a agricultura. O autor ainda cita como exemplo o PAA e PNAE, como ferramentas que contribuem para ampliar as possibilidades de permanência dos jovens no campo.

A presença das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar reflete na dimensão social estudada. Para Caporal e Costabeber (2002) esta dimensão implica na menor





desigualdade na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades dos mais desfavorecidos. Sendo o PNAE um mercado institucional que tem ganhado espaço garantindo a possibilidade de inclusão dos agricultores para comercialização dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar, a garantia da venda e a segurança no planejamento possibilitam a diversificação da produção nas propriedades rurais. Por sua vez, quando foram avaliados os indicadores de saneamento básico, para 57,9% dos agricultores esses temas não são contemplados nas ações de ATER realizadas no município.

A relação entre a prestação de serviços de ATER e a melhoria das condições sociais da família é identificada nas falas dos agricultores, considerando que “a assistência técnica melhora qualidade, aumenta produção e reflete na segurança alimentar” (A.17), “as ações refletem pois o produto terá maior qualidade, produção maior” (A.14). Os agricultores familiares identificam a necessidade da presença da extensão rural na propriedade, desempenhando o papel de articulador, sensibilizador e contribuindo nas atividades produtivas, inclusive orientando processos produtivos mais sustentáveis.

Dimensão ecológica

A dimensão ecológica é a mais conhecida e defendida pela maioria dos estudiosos da sustentabilidade a partir das conferências ambientais na década de 70, caracterizada pela compreensão das dinâmicas do meio ambiente, onde interpreta que o ser humano não é dono do meio ambiente, e sim, parte integrante e dependente dele (RATTNER, 1999). Isto reforça a importância da integração com as outras dimensões.

Para todos os participantes as ações de ATER podem contribuir para diminuir o impacto ambiental da produção na propriedade – a partir da redução do uso de agrotóxicos, projetos de conscientização ambiental e capacitação, implantação de barreiras e reaproveitamento de matéria-prima e racionamento de água –, porém as práticas sustentáveis não são utilizadas nas atividades de ATER, conforme a percepção dos respondentes. Apenas 5,3% citam que há ações de educação ambiental e proteção de nascentes. Olinger (2001) destaca a efetivação das práticas sustentáveis, da educação ambiental e da própria extensão rural como formas de empoderamento das potencializados do campo, mas indica que estas questões se encontram em estado crítico, evidenciando a necessidade de nova discussão e reivindicação social, em que muitas vezes as atuações da ATER terminam sendo desenvolvidas e aplicadas pelos próprios agricultores.

Em relação a transição para a agroecologia, 36,8% apontam que já houveram propostas por técnicos. Destes, 14,2% têm produção orgânica certificada, 42,9% encontra-se em transição





e para 42,9% este processo ainda não ocorreu. As questões financeiras e custos inviabilizavam alguns investimentos e recursos nesta área.

As lacunas são percebidas nas percepções dos respondentes, sobre a falta de recursos, assistência e políticas públicas no que diz respeito às ações de educação ambiental e proteção de nascentes, não havendo incentivo para recuperação das nascentes e para diminuição do desmatamento. O poder público também é mencionado como ausente em termos de incentivos e investimentos em torno da conservação e preservação ambiental.

A falta de incentivos para a produção de alimentos orgânicos e conhecimento sobre agroecologia destacam-se dentre os problemas levantados. Leff (2009) aborda que o saber ambiental constrói novas realidades e proporciona transformações no processo de relação do conhecimento e de atuação e, nesse sentido, a falta de incentivos e envolvimento está em oposição ao desenvolvimento daquele território.

Dessa maneira, a partir desta discussão, Sachs (1993) afirma que se deve ter uma visão holística dos problemas da sociedade e, além da gestão dos recursos naturais, deve-se fazer uso potencial dos recursos de maneira responsável, limitando e reduzindo volume de poluição, definindo legislação ambiental e intensificando pesquisas.

Dimensão econômica

As oportunidades para que os agricultores familiares fortaleçam sua atuação junto aos mercados institucionais são reduzidas à medida que se observa, à luz dos próprios agricultores, que um dos maiores problemas está na insuficiência ou inexistência da ATER. Os produtores reivindicam que a ATER mostra-se importante para contribuir com o aumento da quantidade dos alimentos entregues, bem como por sua vocação em possibilitar o melhoramento do manejo da produção que é destinada ao PNAE. Em um emblemático estudo com agricultores familiares de todas as regiões brasileiras, Medina e Novaes (2014, p. 394) apontam que “parte da avaliação ruim sobre a inserção comercial e social dos agricultores familiares pode estar relacionada com o baixo acesso às políticas públicas”. A saber, para esta categoria de agricultores “merecem destaque as políticas de apoio à produção agropecuária como crédito rural, assistência técnica e comercialização” (MEDINA; NOVAES, 2014, p. 386).

Neste ponto, Abramovay (1992) destaca que as políticas públicas são estruturas necessárias tanto para mobilizar os agricultores em torno dos mercados, quanto na articulação das suas bases sociais. Entre os agricultores que consideram as ações de ATER insuficientes ou inexistentes, alguns ainda reiteram a importância de investimentos em ativos socioprodutivos





para suprir determinados déficits que ainda se apresentam como desafios nas propriedades, tais como infraestrutura produtiva e capacitação.

Nascimento et al., (2019) recorda que as políticas públicas para a agricultura familiar são importantes por suas capacidades de apoiar e qualificar a matriz produtiva e por fortalecer a inserção desta categoria junto aos mercados institucionais (ou alternativos) através da produção orgânica. As políticas públicas para a agricultura familiar, em grande parte, têm sido elaboradas para solucionar questões muito específicas, haja vista as múltiplas necessidades que o setor tem demandado na atual conjuntura da agricultura familiar.

Embora exista um importante espaço institucional e político para dar consistência à ATER nas propriedades rurais, cabe, portanto, transversalizar a própria ATER com outras políticas públicas para que essas sejam capazes de enfrentar os desafios da transição agroecológica e da manutenção da agricultura familiar no campo. Assim, “em outras palavras, ou a transformação no ambiente social e econômico que determina as condições de vida ocorre de maneira organicamente articulada ou os recursos tenderão a ser esterilizados” (ABRAMOVAY, 1998, p. 15).

De modo geral, os agricultores reconhecem que a ATER pode estimular questões como: planejamento, organização da propriedade, capacitação e incentivo financeiro. Para este público, são ações que devem ser desenvolvidas para aumentar a quantidade de alimentos entregues, favorecendo o escalonamento da produção destinada ao PNAE. Uma pequena parcela dos agricultores revela que a ATER tem contribuído na produção voltada ao PNAE e ainda apontam que as ações estimulam a inclusão social e produtiva na propriedade.

Os discursos dos participantes demonstram o quanto a ATER pode solucionar alguns problemas importantes que têm impactado nas propriedades e na vida das famílias e, não menos importante, no sistema produtivo como um todo. Este debate torna evidente a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, justamente pela importância de fortalecer um novo plano estratégico de desenvolvimento rural por meio de projetos que priorizem sistemas agroalimentares mais sustentáveis (LOPES; FEIDEN; MATTE, 2023). Ademais, (re)pensar esses sistemas é ir além do valor nutricional dos alimentos e, fundamentalmente, garantir estruturas socioeconômicas e produtivas (locais) capazes de reagir frente às mazelas que se apresentam neste século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





O presente estudo objetivou analisar a percepção dos agricultores familiares, que comercializam seus alimentos no PNAE do município de Capitão Leônidas Marques (PR) em relação à ATER. Identificou-se, através das respostas dos entrevistados, como um dos principais entraves para a produção e o fornecimento de alimentos ao programa a falta de ATER, onde 47,4% dos agricultores não recebem nenhum tipo de assistência. Ainda, dos 52,6% que recebem algum tipo de ATER, 70% consideram a ATER insuficiente para assessorar as atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades. Em confirmação, a incipiente política pública se destaca como o principal problema na efetivação do PNAE no município.

A assistência técnica – mais individualizada – contribui no tocante à produtividade e qualidade, e a extensão – mais coletiva – se volta aos métodos de um modelo de educação continuada, proporcionando, juntas, o fortalecimento e evolução das atividades do campo, atuando em questões sociais, culturais, econômicas e também políticas, inclusive por meio das políticas públicas, tais como: PNAE, PAA e PRONAF, sendo essenciais ao alcance da qualidade de vida. Como consequência, tem-se o fortalecimento das dinâmicas agroalimentares localizadas a partir do cotidiano desses agricultores familiares, possibilitando o uso de recursos (materiais e sociais) de forma sustentável, visando um modelo de trabalho integrado com a realidade rural e local, entre outros. Assim, as políticas nacionais precisam estar presentes no dia a dia do produtor e do seu entorno, haja vista serem necessárias à reprodução dos meios de vida das populações rurais.

Em sua maioria, os agricultores familiares conseguem entregar as demandas que recebem, mesmo com os entraves expostos na pesquisa e driblando problemas, como por exemplo, a evasão juvenil no campo. A agricultura familiar do município tem essa força produtora, de adaptabilidade e a potencialidade de buscar melhorias nos processos.

Entre as limitações encontradas na presente pesquisa pode ser considerado o recorte geográfico, onde são investigadas apenas o município supracitado, não havendo abertura para o entendimento e talvez comparações entre outras regiões que utilizam da mesma ATER; e as percepções apenas dos agricultores familiares, sem a observação de outros agentes que possam ser potenciais influenciadores no processo de desenvolvimento da ATER.

As sugestões que podem ser pontuadas para a continuidade desta e de novas pesquisas podem ser a inclusão de outros procedimentos metodológicos mais apurados, até mesmo mantendo o caráter participativo; a abertura para mais públicos e novos objetos de estudo, a partir da inclusão de outras regiões, buscando gerar comparações e inferências sobre distintas realidades e avançar em novas discussões a respeito deste tema.





REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, n. 1, jan/dez. 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Hucitec/Edunicamp. São Paulo, 1992.
- ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.
- BALEM, Tatiana Aparecida. **O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, RS, 2015.
- BALEM, Tatiana; FIALHO, Marco Antônio Verardi.; SILVA, Isabel Cristina Lourenço. O Papel da extensão rural na construção do mercado institucional da alimentação escolar no Brasil. **Raízes**, v. 36, n. 2, p. 131-145, jul-dez, 2016. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.465>
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 31 de maio de 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007.html. Acesso em: 20 nov. 2022.
- CAPORAL, Francisco Roberto.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1. ed. Brasília: MDA/SAF, v. 1. 24 p. 2004.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.
- CARNEIRO, Maria José Teixeira. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luís Flávio (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CASTRO, César Nunes. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, n. 12, p. 49-59, jul./dez. 2015.
- CONSTANTY, Hadrien François Pierre Henri; ZONIN, Wilson João. Contribuições do PNAE na sustentabilidade dos agricultores familiares: o caso do município de Marechal Cândido Rondon. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, p. 371-392, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v36i0.39688>
- CORBARI, Fábio; MIRANDA, César Adrián Ramírez, ZONIN, Wilson João. Agroecologia e produção orgânica: Panorama e desafios desde o cenário global até a bacia do Paraná 3.





Revista GeoPantanal, UFMS/AGB, n. 26, p.15-31, jan./jun. 2019. Link:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9212>

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JÚNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>

CRUZ, Suely Ferreira da; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo. **Revista Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 3, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.20435/inter.v20i3.2063>

DÍAZ-BONILLA, Eugenio.; SARAVIA-MATUS, Silvia. **Los objetivos de desarrollo sostenible y el desarrollo rural en América Latina y el Caribe**: reflexiones sobre costos y financiamientos, n. 33. Santiago de Chile: FAO, 2019.

DINIZ, Rafael Fernando; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Da ABCAR à Anater: trajetória e desafios da extensão rural para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. *In*: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7, 2014, Vitória, Espírito Santo. **Anais...** Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FERREIRA, Renan Silva; MENELAU, Almir Silveira. Análise processual do Programa Empreendedor Rural do SENAR-PE. **Revista Política Agrícola**, Ano XXVII, n.1, jan./ fev./ mar. 2018. Link: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1398>

FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 1, feb. 2010. Link: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9529>

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Histórico**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

GREGOLIN, Graciela Caroline *et al.* Política Pública e sustentabilidade: possibilidade de interface no Programa de Alimentação Escolar. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.17, n. 2. p.199-216, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.17i2.0002>

GRISA, Cátia. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e discontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, p. 545-573, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-3>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE/SIDRA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 01 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab6.pdf. Acesso em: 10 de maio 2021.





- KROTH, Darlan Christiano; ZONIN, Valdecir José; GIOMBELLI, Giovana Paludo. O protagonismo do profissional nutricionista para a efetividade do PNAE. *In: KROTH, Darlan Christiano; ZONIN, Valdecir José (Orgs.). **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar***. Curitiba: Appris, 1ª ed., p. 309-332, 2021.
- KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar – conceitos, ferramentas e vivências. GTZ. Salvador, 2007.
- LE COQ, Jean François *et al.* A institucionalização das políticas públicas para a agroecologia e produção orgânica na América Latina. *In: PREISS, Potira Viega; SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.). **Sistemas Alimentares no Século XXI**: debates contemporâneos*, 1, p. 257-268. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020
- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogos de saberes. **Revista Educação e Realidade**, vol. 34, n. 3, set/dez 2009. Link: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>
- LOPES, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo. Assistência Técnica e Extensão Rural: uma agenda para o desenvolvimento rural sustentável. *In: VELLOSO, Tatiana Ribeiro. et al. (Orgs.). **Educação, ATER e Cooperativismos**: processos, contextos sociais e aprendizagem*. Salvador: Editora Pinaúna, 2022.
- LOPES, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo; FEIDEN, Armin; MATTE, Alessandra. ATER Agroecológica: perspectivas à transformação dos sistemas agroalimentares. *In: SILVA, Maria Helena Alves.; ZUIN, Luís Fernando Soares. (Orgs.). **Caminhos e olhares sobre a Ater digital***. 1ª ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2023.
- LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 8, n. 3, 2006, pp. 313-322. Link: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87880303>
- MARQUES, Ana Beatriz Góes Maia; TRICHES, Rozane Marcia. Aquisição de alimentos orgânicos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar no Paraná. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, jul/dez, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v60i0.79120>
- MATTIA, Vinicius; ZONIN, Wilson João; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires. Ações da nova ATER para a agricultura familiar na Bacia Hidrográfica do Paraná 3: caracterização e demandas. **Revista Extensão Rural**, v. 26, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179634446>
- MEDINA, Gabriel; NOVAES, Evandro. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. **Interações**, v. 15, n. 2, p. 385-397, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000200016>
- MORIN, Edgar. **Necessidade de um pensamento complexo**. *In: Representação e Complexidade*. Org. Mendes, C. Rio de Janeiro: Garamond, p. 69-76, 2003.
- NASCIMENTO, João Ernandes Barreto *et al.* Construção social de mercados agroalimentares e a ATER: desafios para o desenvolvimento do território do sertão ocidental de Sergipe. **Revista Geografia Acadêmica**, v. 13, n. 1, p. 5-28, 2019. Link: <https://revista.ufr.br/rga/article/view/5365>
- OLINGER, Glauco. **Métodos de extensão rural**. Santa Catarina: EPAGRI, 2001.
- OLIVEIRA, Erika de Souza. Desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional no programa nacional de alimentação escolar: um método de análise. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP, 2015.





- PORRUA, Priscila *et al.* Avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028030361>
- PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águe do Nagel Paiva; RAMOS, Marília Patta. A. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPA, **Anais do I Circuito Acadêmico**, 2011.
- RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente e Sociedade**, n. 5, p. 233-240, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200020>
- RIVERA, William Mcleod; QAMAR, M. Kalim. **Agricultural extension, rural development and the food security challenge**. Rome: Sustainable Development Department of Food and Agriculture Organization of the United Nations, 90p. 2003.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.
- SPANVELLO, Rosani Marisa. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. 2008. 236 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- TEO, Carla Rosane Paes Arruda *et al.* Agricultura familiar, alimentação escolar e a geração de oportunidade sociais para o desenvolvimento: experiências catarinenses. **Revista Grifos**, n. 49, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v29i49.4821>
- TEO, Carla Rosane Paes Arruda. *et al.* Aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Santa Catarina, 2012-2014. **Revista Grifos**, n. 47, p. 73-97, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v28i47.4653>
- TRICHES, Rozane Marcia *et al.* Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *In*: PEREZ-CASSARINO, Julian *et al.* (Orgs.). **Abastecimento alimentar**: redes alternativas e mercados institucionais. Chapecó: Ed. UFFS, p. 91-105, 2018.
- TRICHES, Rozane Marcia. Efficiency and efficacy of public food procurement from family farmers for school feeding in Brazil. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, n. 2, p. 270-284, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5102/rdi.v15i2.5743>
- TRICHES, Rozane Marcia; GERHARDT, Tatiana Engel; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. **Revista Interações**, vol. 15, nº 1, p. 109-120, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100011>
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>
- VIEIRA, Sílvia Cristina; BERNARDO, Cristiane Hengler Correa.; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Schimidt. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. RECODAF – **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015. Link: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/7>
- YIN, Robert. K. **Aplicações da pesquisa de estudo de caso**. Sage, 2011.
- ZONIN, Valdecir José. A Juventude Rural no Oeste de Santa Catarina: Dinâmicas Sucessórias Desafiadoras. *In*: KROTH, Darlan Christiano.; ZONIN, Valdecir José (Orgs.).





Juventude rural e sucessão na agricultura familiar. Curitiba: Appris, 1ª ed., p. 309-332, 2021.

ZONIN, Wilson João. Apresentação. *In:* ZONIN, Wilson João; NEUKIRCHEN, Leandro César (Orgs.). **Interdisciplinaridade sem Fronteiras.** Curitiba: CRV, p. 11-14, 2020.



<p>Informações do Artigo</p> <p>Recebido em: 27/01/2023</p> <p>Aceito em: 14/03/2023</p> <p>Publicado em: 21/03/2023</p>	<p>Article Information</p> <p>Received on: 01/27/2023</p> <p>Accepted in: 03/14/2023</p> <p>Published on: 03/21/2023</p>
<p>Contribuições de Autoria</p> <p><i>Resumo:</i> Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes.</p> <p><i>Introdução:</i> Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes e Tatiane dos Santos.</p> <p><i>Referencial teórico:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos e Renan Silva Ferreira.</p> <p><i>Análise de dados:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos, Renan Silva Ferreira e Wilson João Zonin.</p> <p><i>Discussão dos resultados:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos, Renan Silva Ferreira e Wilson João Zonin.</p> <p><i>Conclusão:</i> Renan Silva Ferreira.</p> <p>Referências: Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos e Renan Silva Ferreira.</p> <p><i>Revisão do manuscrito:</i> Ana Beatriz Goes Maia Marques.</p> <p><i>Aprovação da versão final publicada:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos, Renan Silva Ferreira e Wilson João Zonin.</p>	<p>Author Contributions</p> <p><i>Abstract:</i> Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes.</p> <p><i>Introduction:</i> Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes e Tatiane dos Santos.</p> <p><i>Theoretical Reference:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos e Renan Silva Ferreira.</p> <p><i>Data analysis:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos, Renan Silva Ferreira e Wilson João Zonin.</p> <p><i>Discussion of results:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos, Renan Silva Ferreira e Wilson João Zonin.</p> <p><i>Conclusion:</i> Renan Silva Ferreira.</p> <p><i>References:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos e Renan Silva Ferreira.</p> <p><i>Manuscript review:</i> Ana Beatriz Goes Maia Marques.</p> <p><i>Approval of the final published version:</i> Éliester Lílian Brum Balestrin Fanin, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Ana Beatriz Goes Maia Marques, Tatiane dos Santos, Renan Silva Ferreira e Wilson João Zonin.</p>
<p>Conflitos de Interesse</p> <p>Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.</p>	<p>Interest conflicts</p> <p>The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.</p>
<p>Como Citar este artigo - ABNT</p> <p>FANIN, Éliester Lílian Brum Balestrin et al. Percepção dos agricultores familiares inclusos no PNAE em relação à ATER em Capitão Leônidas Marques, Paraná. Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071001, jan./dez., 2023. https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.797</p>	<p>How to cite this article - ABNT</p> <p>FANIN, Éliester Lílian Brum Balestrin et al. Perception of family farmers included in the PNAE in relation to ATER in Captain Leônidas Marques, Paraná. Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071001, jan./dez., 2023. https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.797</p>
<p>Licença de Uso</p> <p>A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.</p>	<p>Use license</p> <p>The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any medium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.</p>